



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

**ATA Nº 010/2020/Ordinária/CG**

1 Ata da X sessão ordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para as catorze horas do dia doze  
2 de novembro de dois mil e vinte, remotamente por videoconferência. A reunião foi presidida pela professora  
3 Paula Ayako Tiba, Pró-Reitora de Graduação, e contou com a presença dos seguintes membros: Allan  
4 Moreira Xavier, Coordenador do curso de Licenciatura em Química; Alysson Fábio Ferrari, Vice-  
5 coordenador do curso de Bacharelado em Física; André Luis La Salvia, Coordenador do curso de  
6 Licenciatura em Filosofia; André Sarto Polo, Coordenador do curso de Bacharelado em Química; Cesar  
7 Monzu Freire, Coordenador do curso de Bacharelado de Engenharia Aeroespacial; Diego Araújo Azzi,  
8 Coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais; Erika Fernanda Prados, Coordenadora  
9 do curso de Bacharelado de Engenharia de Materiais; Fernanda Graziella Cardoso, Coordenadora do curso  
10 de Bacharelado em Ciências Econômicas; Frederico Augusto Pires Fernandes, Coordenador do curso de  
11 Bacharelado em Engenharia Biomédica; Giselle Watanabe, Coordenadora do curso de Licenciatura em  
12 Física; Guadalupe Maria J. A. de Almeida, Coordenadora do curso de Bacharelado em Planejamento  
13 Territorial; Harlen Costa Batagelo, Coordenador do curso de Bacharelado em Ciência da Computação; José  
14 Luiz Bastos Neves, Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia; João Rodrigo Santos da Silva,  
15 Coordenador do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; Jorge Tomioka, Vice-coordenador do curso  
16 de Bacharelado de Engenharia de Gestão; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, Vice-coordenadora do curso  
17 de Bacharelado em Biotecnologia; Marcelo Oliveira da Costa Pires, Coordenador do curso de Bacharelado  
18 em Ciência e Tecnologia (BC&T); Marcelo Zanotello, Coordenador pro-tempore do curso de Licenciatura  
19 em Ciências Naturais e Exatas (LCNE); Márcia Helena Alvim, Coordenadora *pro-tempore* do curso de  
20 Licenciatura em Ciências Humanas; Marco Aurélio Cazarotto Gomes, Coordenador do curso de  
21 Bacharelado de Engenharia de Informação; Marcos Vinícius Pó, Coordenador do curso de Bacharelado em  
22 Ciências e Humanidades (BC&H); Maria Estela Conceição de Oliveira de Souza, Representante Técnico-  
23 Administrativo; Maria Gabriela Silva Martins Cunha Marinho, Vice-diretora do Centro de Engenharia,  
24 Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Maurício Richartz, Coordenador do curso de  
25 Bacharelado em Matemática; Melissa Cristina Pereira Graciosa, Coordenadora do curso de Bacharelado  
26 em Engenharia Ambiental e Urbana; Paula Homem de Mello, Vice-diretora do Centro de Ciências Naturais  
27 e Humanas (CCNH); Raquel Vecchio Fornari, Coordenadora do curso de Bacharelado em Neurociência;  
28 Raphael Yokoingawa de Camargo, Vice-diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição  
29 (CMCC); Renato Bilotta da Silva, Representante Discente; Ricardo da Silva Benedito, Coordenador do  
30 curso de Engenharia de Energia; Roberta Guimarães Peres, Vice-coordenadora do Curso de Bacharelado  
31 em Políticas Públicas; Roberto Jacobe Rodrigues, Vice-coordenador do curso de Engenharia de  
32 Instrumentação, Automação e Robótica; Vagner Guedes de Castro, Representante Técnico-Administrativo;  
33 Vanessa Kruth Verdade, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas; Vinícius Pazuch,  
34 Coordenador do curso de Licenciatura em Matemática. **Ausências:** Guilherme Gomes Andriato,  
35 Representante Discente. **Ausências justificadas:** Não houve. **Não votantes:** Bianca Bertolotto,  
36 representante discente no ConsUni; Danusa Munford, Docente/COMFOR-UFABC; Hugo da Silva Carlos,  
37 servidor do Sistema de Bibliotecas da UFABC; Marco Antonio Bueno Filho, Docente/COMFOR-UFABC;  
38 Maria do Carmo Cardoso Kersnowsky, Coordenadora do Sistema de Bibliotecas da UFABC; Rail Ribeiro  
39 Filho, Chefe da Divisão de Planejamento e Apoio à Gestão da Prograd; Renata Coelho, Chefe da Divisão  
40 Acadêmica da Prograd; Vânia Trombini Hernandez, Vice-presidente da Comissão de Graduação. **Apoio**  
41 **administrativo:** Edna Maria de Oliveira Loureiro, Assistente em Administração, e Marcelo Sartori  
42 Ferreira, Secretário Executivo. Professora Paula Tiba cumprimentou a todos e deu início à sessão às catorze

43 horas e cinco minutos. **Informes da Presidência.** 1) Grupo de Trabalho para revisão da Resolução ConsEP  
44 nº 31. Professora Paula Tiba informou sobre a publicação de Portaria que instituiu o GT. O Grupo de  
45 Trabalho é composto pelos seguintes membros: Paula Ayako Tiba, Pró-reitora de Graduação; Amaury  
46 Kruehl Budri, docente; Marcelo Salvador Caetano, docente; Carolina Moutinho Duque de Pinho, docente;  
47 Fernanda Graziella Cardoso, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas; Michelle  
48 Sato Frigo, Coordenadora do curso de Engenharia de Gestão e representante da Direção do Centro de  
49 Engenharia e Ciências Sociais (CECS); Carlos da Silva dos Santos, representante da Direção do Centro de  
50 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); e Renato Bilotta da Silva, representante discente na  
51 Comissão de Graduação. Professor Marcos Pó sugeriu ao GT que se debruçasse nas implicações da possível  
52 mudança de regra de matrículas em disciplinas. Professora Paula esclareceu que o GT anterior já havia  
53 trazido, além da revisão da referida normativa, uma proposta de alteração para a regra de matrícula em  
54 disciplinas. O novo GT poderá partir desta proposta. 2) Aprovação e publicação do calendário acadêmico  
55 e de matrículas em disciplinas. Professora Paula Tiba informou sobre a publicação do referido calendário,  
56 que foi aprovado por unanimidade pelo ConsEPE. 3) Reuniões sobre curricularização de créditos de  
57 extensão na graduação. Professora Paula Tiba informou que estão ocorrendo reuniões sobre o referido  
58 assunto, promovidas pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (ProEC). No dia 6 de novembro ocorreu  
59 reunião para esclarecer a questão com os cursos específicos vinculados ao BCH; no dia 11 de novembro,  
60 ocorreu para os demais bacharelados e no mesmo dia outra para os cursos de engenharia; no dia 27 de  
61 novembro ocorreria a reunião para os BIs e LIs. Coordenadores de curso receberão documentos com uma  
62 série de subsídios. Em caso de dúvidas, pode-se contatar ProEC ou Prograd. 4) Apresentação de iniciativas  
63 e atividades desenvolvidas pelo Sistema de Bibliotecas da UFABC (SisBi) durante a pandemia de Covid-  
64 19. A servidora Maria do Carmo, da Biblioteca, fez uma apresentação a respeito do referido assunto. Os  
65 espaços e acervos estão indisponíveis nesse momento, mas continua atendendo a demais serviços, como:  
66 declaração de ausência de débito com a Biblioteca; orientação sobre acesso a recursos informacionais;  
67 portal de periódicos; acesso a portal de normas técnicas; auxílio na busca bibliográfica a docentes e  
68 discentes; informações sobre alterações em bibliografias quando de mudança em disciplinas ou revisão em  
69 PPC; orientação de normalização de teses e dissertações; elaboração de fichas catalográficas de trabalhos  
70 acadêmicos; atendimento à solicitação de cópias de documentos técnico-científicos, por meio de  
71 computação bibliográfica com outras bibliotecas. Visando maior autonomia no uso dos recursos  
72 informacionais, ampliou-se oferta de treinamentos, que também são gravados e disponibilizados no portal  
73 da SisBi; tutorias de como acessar portais de periódicos; edição e disponibilização de periódicos científicos  
74 no portal da SisBi, etc. Contratação da empresa 'Minha Biblioteca' que permite acesso a conteúdo  
75 multidisciplinar, atendendo parte da bibliografia dos cursos. Atualização de títulos de e-books e artigos  
76 disponibilizados no portal. Por fim, colocou-se a disposição para auxiliar a todos. 5) Eleição de  
77 representantes técnico-administrativos e docentes para a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público  
78 (CISSP). Professora Vânia lembrou que as inscrições para a referida eleição se encerram em 16 de  
79 novembro. Solicitou auxílio aos coordenadores de curso para divulgação. **Informes dos membros.** 1)  
80 Aumento de solicitações de Estudo Dirigido. Professora Vanessa salientou que o Estudo Dirigido se aplica  
81 a casos bem específicos. No entanto, informou que os discentes começaram a fazer solicitações para  
82 disciplinas complexas de se adaptar a essa modalidade, como Base Experimental das Ciências Naturais.  
83 Pediu orientação institucional a esse respeito, pois pode haver solicitações aceitas por um docente e negadas  
84 por outros. Professora Paula Tiba considerou que, por se tratar de uma Resolução da CG, a qual determina  
85 que cada curso pode aplicar regras complementares, entende que a CG é quem deveria se manifestar sobre  
86 o tema. Sendo assim, propôs colocar essa discussão no Expediente desta sessão. A proposta foi aprovada  
87 pelos membros. 2) Disponibilização dos Planos de Ensino de disciplinas do CECS. O representante Wagner  
88 Guedes, chefe da Divisão Acadêmica do CECS, informou que os referidos Planos de Ensino, inclusive os  
89 das disciplinas do Quadrimestre Suplementar, estão disponíveis no site do CECS. 3) Eleição de  
90 representantes para o Comitê de Extensão e Cultura (CEC). O representante discente Renato Bilotta  
91 informou que as inscrições vão até o dia 19 de novembro. Solicitou aos membros auxílio na divulgação.  
92 **Ordem do Dia.** Ata da IX sessão ordinária da CG, ocorrida em 15 de outubro. Professora Paula Tiba  
93 informou que o documento não fora produzido em tempo e retirou o item da pauta, a constar da Ordem do

94 Dia da próxima sessão. **Expediente.** 1) Proposta de Resolução CG que estabelece normas sobre a utilização  
95 de horas vivenciadas no Programa de Residência Pedagógica da UFABC como Estágios Supervisionados  
96 das Licenciaturas. Professor Marco Antonio fez uma apresentação sobre a proposta: “Antecedentes: A  
97 UFABC participou do Edital Capes nº 01/2020 para implementar o Programa de Residência Pedagógica.  
98 Foi instituído no âmbito do COMFOR um Grupo de Trabalho que elaborou uma proposta de articulação  
99 dos ESL - RP/UFABC e recomendações aos NDEs e às Coordenações dos Cursos de Licenciatura,  
100 encaminhadas às partes interessadas. Objetivos gerais do projeto aprovado na UFABC: Fortalecer vínculos  
101 dos licenciandos com as comunidades escolares da rede pública na região do ABCDMRR em territórios de  
102 vulnerabilidade social, contribuir para a valorização do magistério e a excelência da formação docente  
103 dentro e fora da UFABC, promover a construção de currículos e de propostas pedagógicas em permanente  
104 diálogo e em parceria com as comunidades escolares envolvidas e, ainda, promover o diálogo das escolas  
105 envolvidas entre si e delas com a Universidade. O RP se destina a estudantes que se encontram a partir da  
106 segunda metade do curso de Licenciatura. Algumas premissas e comentários: Forma e objetivos  
107 educacionais. Forma: Quanto a forma o Residência Pedagógica é uma espécie de Estágio Supervisionado  
108 'com bolsa'. Há um orientador na UFABC, um professor da escola (também bolsista) que acompanha as  
109 vivências dos estagiários/residentes que são os alunos de licenciatura propriamente ditos. Objetivos: Se na  
110 forma o RP é um 'Estágio Supervisionado com bolsa' em relação aos objetivos educacionais, o RP pode ser  
111 equivalente ou não. Digo isto, pois há uma variedade grande de concepções de Estágios Supervisionados  
112 dependendo do PPC de cada Licenciatura. Há licenciaturas que organizaram seus Estágios Supervisionados  
113 por eixos formativos, outras falam de espaços não-formais e há licenciaturas que deixam tudo livre. Enfim,  
114 dependendo do curso de licenciatura, os objetivos o RP podem ser equivalentes ao Estágio Supervisionado,  
115 e podem não ser. Dado que o RP tem um caráter temporário e os PPCs têm um caráter perene, as atividades  
116 podem não se equivaler. Esta diversidade de concepções formativas nos PPCs é rica. O aproveitamento das  
117 vivências no RP como Estágio Supervisionado não deve ser compulsória. Elas precisam ser avaliadas pela  
118 Coordenação de Curso, que pode deferir ou não eventuais solicitações. (Vide Art. 2º da minuta de  
119 Resolução que versa sobre os critérios para o eventual aproveitamento.) Trata-se de valorizar a sinergia de  
120 projetos institucionais com percursos formativos previstos nos PPCs, reconhecendo-os ao menos nos casos  
121 possíveis. Ações: 1 - Prever o aproveitamento nos PPCs dos cursos de licenciatura como uma possibilidade.  
122 Tipicamente alguma frase não mandatória, por exemplo "(...) Horas vivenciadas no Programa de Residência  
123 Pedagógica ou outro de mesma natureza que o venha substituir poderão ser aproveitadas como horas de  
124 Estágio Supervisionado, segundo normatização prevista em resolução específica. (...)" 2 - Resolução  
125 específica.” Professora Paula Tiba abriu espaço para comentários e sugestões. Professor Allan: 1) alertou  
126 que a Resolução CG sobre estágios curriculares dos cursos de licenciatura carece de revisão e que a proposta  
127 apresentada possui intersecção com a citada normativa. Opinou que no Art. 1º da proposta é apresentada a  
128 prerrogativa do aluno de solicitar o aproveitamento das horas de residência pedagógica e que a possibilidade  
129 de solicitação, baseada nos requisitos mínimos, deveria ser normatizada pelos cursos. Considerou que, em  
130 vista dos Editais de Residência Pedagógica e das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura, a  
131 possibilidade de adequação da residência pedagógica aos estágios requereria mudança nos PPCs. Ressaltou  
132 que a mudança nos PPCs exigiria previsão de regras para alunos já ingressos nos cursos; 2) alertou que, se  
133 essa proposta fosse aprovada, entraria em conflito com a Resolução sobre Quadrimestre Suplementar; 3)  
134 questionou se o PIBID e outros programas como o apresentado não poderiam ser considerados como  
135 curricularização dos créditos de extensão na graduação; 4) demonstrou preocupação com a formação de  
136 alunos que beneficie mais quem tem bolsa, sobretudo ao considerar os discentes do período noturno; 5)  
137 sugeriu incluir no documento o portfólio que as novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura  
138 propõem, para o acompanhamento dos componentes práticos dos PPCs, que são as disciplinas Práticas de  
139 Ensino e Estágios Supervisionados; 6) Casos omissos não deveriam ser regulados pela Prograd, mas sim  
140 pelas coordenações dos cursos de licenciatura. O representante discente Renato Bilotta pediu  
141 esclarecimentos sobre a possibilidade de a integração das horas de residência pedagógica aos estágios  
142 curriculares não ser aceita pelos cursos. Professor André La Salvia externou algumas dúvidas: 1) como  
143 seria o aspecto legal das duplicações desses tipos de atividade, ou seja, uma atividade valer por duas; 2)  
144 reiterou a dúvida sobre a possibilidade de se encaixar a Residência Pedagógica como créditos de extensão

145 na graduação; 3) a questão de a Residência Pedagógica ter um tema que não é contemplado nos estágios;  
146 4) alertou que não seria apenas uma frase a ser acrescentada ao PPC, mas sim uma regulamentação interna  
147 mais completa. Professora Paula Tiba lembrou que há instituído o Comitê Gestor Institucional de Formação  
148 Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica (COMFOR-UFABC), um órgão  
149 colegiado que trata de discutir a formação de professores do ensino básico. Desse grupo surgiu essa  
150 proposta e fora neste grupo em que se escolheu a representação institucional para o PIBID, para a  
151 Residência Pedagógica e a seleção de outros projetos em execução. Esse Comitê tem um representante de  
152 cada curso de licenciatura da UFABC. Ressaltou a importância da interlocução desses representantes com  
153 as coordenações e plenárias dos cursos de licenciatura. Informou que solicitara ao COMFOR uma proposta  
154 de revisão da Resolução CG sobre estágios curriculares das licenciaturas, conforme indicado na última  
155 sessão da CG. Professor Marco Antonio respondeu: 1) quanto aos apontamentos do prof. André, o Art. 2º  
156 traz os critérios que as coordenações podem seguir. O aproveitamento das vivências da Residência  
157 Pedagógica pode ou não ser aceito; salientou que o aproveitamento só seria avaliado quando solicitado e  
158 apresentasse consonância com o estágio pertinente; não seria necessário que os discentes de Residência  
159 Pedagógica estivessem cursando estágio curricular ao mesmo tempo; 2) ao Renato, explicou que a  
160 Residência Pedagógica tem subprojetos interdisciplinares, com núcleos de áreas do conhecimento,  
161 aprovados pela CAPES. O discente que estiver no núcleo de uma área pode não ter consonância com o  
162 estágio de outra área. Professora Danusa, membro do COMFOR, complementou que a Residência está  
163 diretamente vinculada à formação de professores, visto que a extensão possui escopo mais amplo. Professor  
164 Marco Antonio concordou que os casos omissos sejam resolvidos pela coordenação de curso. Professor  
165 João Rodrigo sugeriu dar maior ênfase ao disposto no Art. 2º. Professor Maurício questionou quem  
166 financiaria as bolsas do programa. Professor Allan opinou que a proposta deveria estipular apenas normas  
167 e procedimentos administrativos, considerando que o programa pode ou não ter a adesão da UFABC.  
168 Professora Paula Tiba informou que o programa é custeado pela CAPES. Acrescentou que o número de  
169 bolsas é bem grande e que tal poderia contemplar todos os discentes de licenciatura da UFABC.  
170 Complementou dizendo que, nos moldes do que ocorria com o PIBID, são oferecidas adicionalmente bolsas  
171 com verba PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) para estudantes ingressantes por meio  
172 de ações afirmativas. Professora Danusa explanou que o aproveitamento da Residência Pedagógica como  
173 horas de estágio não fere a autonomia dos cursos. Pediu que as coordenações dos cursos de licenciatura  
174 contribuíssem para aperfeiçoar o texto da normativa proposta. Professora Gisele Watanabe questionou por  
175 que outros programas, como PIBID e outros financiados pelo governo, não poderiam ser aproveitados para  
176 estágio curricular. Professor André La Salvia indagou acerca da necessidade de se ter a menção no PPC  
177 dos cursos de licenciatura, sendo que o programa pode deixar de existir. Ressaltou que os estágios da  
178 Licenciatura em Filosofia possuem temas delimitados. Professora Paula Tiba lembrou que, acerca das  
179 atividades complementares, a Iniciação Científica também podem contar como horas de estágio conforme  
180 previsão de alguns cursos, o que, por analogia, não se configuraria como uma duplicação, uma vez que a  
181 Iniciação Científica é uma atividade opcional. Professor Marco Antônio observou, acerca da inserção do  
182 PPC, que as IES devem ter estratégias de aproveitamento de horas de estágio como créditos, cuja menção  
183 consta do Edital de Residência Pedagógica. A Resolução CG sobre estágios das licenciaturas regula que  
184 deve haver menção no PPC para aproveitamento de outras atividades como estágio. Por isso a necessidade  
185 de haver a menção ao programa no PPC. Sobre o motivo de o PIBID não contar como horas de estágio,  
186 argumentou que o PIBID é direcionado para alunos que cursaram até a metade do curso. O Programa de  
187 Residência Pedagógica é direcionado para alunos que já cursaram metade do curso do curso em diante. Os  
188 estágios curriculares acontecem após a metade do curso. Salientou que o programa não visa a substituir os  
189 estágios e nem tem esse objetivo. Professor André La Salvia sugeriu que no Art. 4º seja incluída a  
190 necessidade de apresentação do projeto institucional do Programa de Residência Pedagógica e um portfólio  
191 das atividades. Questionou se o discente teria de apresentar um relatório final e se haveria aprovação das  
192 atividades desenvolvidas pelo aluno. Professor Marcos Pó fez as seguintes observações: 1) sobre a  
193 possibilidade de se considerar o programa como extensão, a validação ou não deve estar coordenada ao GT  
194 ligado ao ConsEPE sobre extensão; 2) seria importante que o COMFOR trabalhasse em conjunto com as  
195 coordenações dos cursos, para que questionamentos preliminares surjam antes de o assunto entrar em pauta

196 na CG. Professor Marco Antônio tomara nota das observações e dos ajustes a serem feitos. Ressaltou ser  
197 importante que os cursos de licenciatura e seus NDEs discutam e posteriormente enviem sugestões para a  
198 redação da proposta. Professor André La Salvia informou que teve conhecimento dessa proposta pela CG  
199 e que talvez faltasse interlocução com o representante do curso no COMFOR. Professor Allan informou  
200 que não foi consultado na elaboração da proposta, somente teve contato com a atual versão. Opinou que  
201 questões transversais tal qual o Programa de Residência Pedagógica, que acarretaria alteração no PPC,  
202 devem ter as discussões ampliadas com membros que fazem parte de outras instâncias deliberativas, como  
203 no caso de a discussão ser apresentada na CG. Sugeriu ao COMFOR para ampliar as discussões, como a  
204 realização de audiências públicas, para se trabalhar no documento. Professora Danusa esclareceu que dentro  
205 do COMFOR foi elaborado um texto inicial para discutir com as coordenações, entendendo que apresentar  
206 esse texto fosse uma etapa preliminar e não final. Algumas coordenações de curso alegaram que esse  
207 encaminhamento não seria apropriado, devendo passar pela CG, pois se não passasse, não seria legitimado.  
208 Agradeceu a paciência e colaboração de todos. Professor Marco Antonio informou que o assunto seria  
209 discutido entre o COMFOR e as coordenações dos cursos de licenciatura e seus Núcleos Docentes  
210 Estruturantes. Ao fim da discussão, professora Paula Tiba esclareceu aos demandantes que poderiam  
211 retornar o assunto à CG posteriormente, quando e se entendessem oportuno. 2) Proposta de revisão do  
212 Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Neurociência. Professora Rachel Fornari fez uma  
213 apresentação sobre a proposta: “II Revisão do PPC do BNC. Novembro 2020. Disciplinas Obrigatórias:  
214 Alterações de nome: Introdução à Neurociência Computacional → Neurociência Teórica e Computacional;  
215 Pesquisa e Comunicação Científica → Comunicação Científica. Ajustes de ementa, recomendações e  
216 atualização de bibliografia. Alteração de T-P-I: Neuropsicofarmacologia: de 3-1-4 para 4-0-4;  
217 Neurobiologia Molecular e Celular: de 4-2-4 para 4-0-4 (de 6 para 4 créditos); Disciplinas Obrigatórias  
218 (redução de 2 créditos de disciplinas Obrigatórias); Exclusão de uma disciplina obrigatória (Morfofisiologia  
219 Humana I – 4-2-4; 6 créditos); Criação de uma disciplina obrigatória (Biofísica de Membranas – 6-0-6; 6  
220 créditos); Ajuste do número de créditos de disciplinas obrigatórias, de opção limitada e livres: ajuste dos  
221 créditos de disciplinas obrigatórias e da carga horária total do curso: de 720 para 696 horas e de 60 créditos  
222 para 58; horas totais: de 2724 para 2700. Ajuste do número de créditos de disciplinas obrigatórias, de opção  
223 limitada e livres: Ajuste dos créditos de disciplinas de opção limitada e livres, conforme PPI 2017: De  
224 Opção limitada: de 324 para 300 horas: de 27 para 25 horas; De disciplinas livres: de 120 para 144 horas:  
225 de 10 para 12 créditos. Integração de atividades extensionistas à matriz curricular do curso: transferência  
226 de 48h do estágio curricular para atividades extensionistas em neurociência; Estágio supervisionado: de  
227 360 para 312 horas: de 30 para 26 créditos; PNE 2014-2024 – meta de curricularização da extensão (10%):  
228 10% BC&T → 240h; 10% BNC → 270h; Atividades extensionistas no BNC → 48h; Coordenação de  
229 extensão (docentes do BNC) – fomento, avaliação, validação das atividades. Reestruturação das regras e  
230 redução da carga horária total de estágios obrigatórios: Redução de carga horária → de 360 para 312h;  
231 Flexibilização do número de estágios → não será mais exigido 3 estágios, e sim a carga horária total, sendo  
232 acordado que uma IC cadastrada em edital da Propes valerá no máximo 156h; Regras detalhadas serão  
233 explicitadas em Portaria do CMCC (em preparação). Atualização do catálogo de disciplinas de opção  
234 limitada: Transferência das listas de disciplinas de opção limitada para o anexo; Atualização de ementa,  
235 recomendações e bibliografia (em análise no Conselho do CMCC); Criação de novas disciplinas (em  
236 análise no ConCMCC). Alterações na ordem de oferecimento e na estrutura da matriz sugerida do curso:  
237 Biofísica de membranas → 6º quad.; Neurobiologia Molecular e Celular → do 6º para o 8º quad.;  
238 Neurociência teórica e computacional → do 10º para o 7º quad.; Introd. Inferência Estatística → do 9º para  
239 o 7º quad.; Neuropsicofarmacologia → do 7º para o 9º quad.; Comunicação Científica → do 7º para o 8º  
240 quad. Introdução a Filosofia da Mente → do 7º para o 10º quad. ; Neuroetologia → do 8º para o 11º quad.  
241 Informação aos alunos: Recomendação sobre conhecimento de Inglês técnico, para leitura de referências  
242 técnicas. Convalidação: O conjunto de disciplinas novas "Neurobiologia Molecular e Celular" (4-0-4) e  
243 "Práticas em Neurobiologia Molecular e Celular" (0-2-2) equivalem à disciplina antiga "Neurobiologia  
244 Molecular e Celular" (4-2-4). Para a convalidação dos estágios obrigatórios será considerada a carga horária  
245 total necessária no presente projeto pedagógico (312h). Por exemplo, se 240h foram cumpridas  
246 previamente, um estágio de pelo menos 72h deverá ser realizado para completar a carga horária.”

247 Professora Paula Tiba abriu espaço para comentários e sugestões. O representante discente Renato Bilotta  
248 perguntou se houve participação discente nas discussões de revisão do PPC. Professor Maurício indagou:  
249 1) se a grade apresentada estaria em consonância com a grade atual do BC&T e se haveria flexibilidade,  
250 considerando possíveis mudanças com a revisão do PPC desse curso; 2) se houve previsão dos créditos de  
251 extensão na graduação; 3) se estão previstos até 25% de créditos em disciplinas ofertadas na modalidade  
252 semipresencial; 4) a conta dos créditos de extensão. Professor Marcos Pó: 1) perguntou qual critério para  
253 que o estágio pudesse valer créditos de atividades de extensão; e qual critério para que a Iniciação Científica  
254 valesse créditos de estágio; 2) sugeriu que o perfil do egresso constasse mais áreas de atuação, inclusive  
255 em Políticas Públicas; 3) sugeriu que disciplinas da área de estudos étnicos do BC&H constassem  
256 disciplinas de opção limitada para o BNC. Professora Paula Tiba esclareceu que há um texto padrão sobre  
257 a modalidade semipresencial a ser adotado nos PPCs, mas tal poderia ser adaptado. Acerca do Ensino a  
258 Distância, a menção à Resolução CG nº 10, que estabelece normas e procedimentos para oferecimento de  
259 disciplinas semipresenciais em cursos de graduação presenciais da UFABC, atende aos requisitos legais.  
260 Professora Raquel respondeu que: 1) os alunos participaram da revisão do PPC; 2) o BNC cogitou aguardar  
261 a revisão do PPC do BC&T, mas havia disciplinas que precisavam de alteração, além do estágio, além da  
262 necessidade de constar as atividades de extensão; a matriz curricular não se difere muito da anterior, sendo  
263 possível alterar a grade em virtude da revisão do PPC do BC&T, se necessário; 3) sobre EaD, uma parte do  
264 texto foi atualizada, mas já constava na versão anterior a oferta de disciplinas na modalidade  
265 semipresencial; 4) sobre a contagem dos créditos de extensão, o BC&T deverá fornecer 240 horas de  
266 créditos de extensão, restando ao BNC complementar; 5) sobre o aproveitamento do estágio curricular,  
267 alguns projetos de extensão são projetos longos, que incluem atividades de pesquisa, e duram cerca de um  
268 ano, podendo ser em parte utilizados como estágio; 6) acerca da sugestão de acréscimo do perfil do egresso  
269 e áreas de atuação, informou que entraria em contato com o professor Marcos Pó para verificar suas  
270 sugestões. Professor Marcelo Pires questionou se a avaliação do curso seria por meio do ENADE ou de  
271 visita com avaliadores, pois os avaliadores podem julgar negativamente algumas questões relacionadas ao  
272 EaD. O representante discente Renato sugeriu que se incluíssem os nomes dos discentes que auxiliaram na  
273 revisão do PPC. Questionou como estaria a organização prática do estágio curricular. Professora Raquel  
274 redarguiu que: 1) muitos discentes colaboradores já se formaram, mas seria verificada a possibilidade de  
275 incluir os nomes dos representantes discentes atuais; 2) o coordenador de estágio do curso tem contato com  
276 hospitais e empresas, estimulando e encaminhando discentes para estágio. A Iniciação Científica também  
277 é bastante utilizada como créditos para o estágio. Professor Marcos Pó, acerca das disciplinas de opção  
278 limitada, opinou que teriam ficado bem restritas às disciplinas do próprio curso. Considerando a  
279 interdisciplinaridade, sugeriu buscar disciplinas de outros cursos. Lembrou que é importante que as  
280 disciplinas de ambos bacharelados interdisciplinares sejam de opção limitada dos cursos de formação  
281 específica. Sugeriu à Prograd que no modelo de PPC, fornecido como manual para esse tipo de documento,  
282 constasse um tópico sobre interdisciplinaridade, para melhor orientar os cursos. Professor José Luiz  
283 informou que disciplinas da nova versão do PPC de Bacharelado em Filosofia são pertinentes ao  
284 Bacharelado em Neurociência e que muitas delas poderiam ser utilizadas como opção limitada para o BCN.  
285 Professora Raquel informou que iria avaliar as sugestões de disciplina do BFIL. Sem mais comentários ou  
286 sugestões, a proponente informou que iria fazer alterações e avaliar as sugestões e que posteriormente  
287 solicitaria inclusão da proposta atualizada na Ordem do Dia. 3) Discussão sobre o ingresso de discentes nos  
288  cursos de graduação em 2021. O servidor da Prograd Rail Ribeiro fez uma apresentação sobre o assunto:  
289 “Há muitas incertezas para o ingresso de 2021. Será o 15º ingresso que a UFABC realiza. O ENEM 2020  
290 já teve a publicação do edital e as inscrições para a avaliação. As provas foram adiadas para janeiro de  
291 2021. Informou que o SiSU 2021 tem cinco etapas: Publicação edital; Termo de Adesão (IES); Inscrições  
292 candidatos; Resultado individual SiSU e Lista de Espera SiSU. Não há previsão para nenhuma dessas  
293 etapas. Além disso, há quatro questões a serem definidas: 1) Haverá ingresso em 2021? 2) Manter vagas  
294 (quantas?20?) para olimpíadas do conhecimento 3) Manter a oferta de vagas total (2.008)? 4) Reduzir  
295 vagas?” Professora Paula Tiba explicou que a questão não seria deliberativa, mas se trataria de uma  
296 consulta, para embasar tomadas de decisões em cenários futuros. Professor Raphael opinou que, para não  
297 haver prejuízos na alocação, o mais indicado seria ingresso no terceiro quadrimestre. Sugeriu se manter o

298 número de vagas. Questionou como ficaria a grade se houver ingresso no terceiro quadrimestre. Professor  
299 Mauricio informou que a Olimpíada de Matemática foi adiada e a de Física ocorreria virtualmente. Outros  
300 torneios acadêmicos também foram adiados. Professor André Polo ressaltou que, mesmo com ingresso no  
301 terceiro quadrimestre, é necessário avaliar como atender a demanda em relação à alocação de disciplinas  
302 práticas. Professor Marcelo Pires alegou que: 1) no cenário atual, não se deveria ter reserva de vagas para  
303 olimpíadas acadêmicas; 2) teme que a situação se agrave, visto que para os cursos específicos disciplinas  
304 de laboratório não estão sendo ofertadas, adiando assim indefinidamente a graduação dos discentes. A  
305 próxima entrada de discentes deveria ser reduzida, caso não haja prejuízos, devido à infraestrutura da  
306 universidade e possível falta de docentes, visto que muitas disciplinas estariam sendo ofertadas  
307 simultaneamente. Opinou que, pela gravidade da decisão, deveria ser feita no âmbito dos Conselhos  
308 Superiores. Professora Vanessa avaliou que, considerando as condições atuais, a possibilidade de ingresso  
309 no segundo quadrimestre deveria ser desconsiderada. Sobre a alternativa restante, opinou que os  
310 cursos de formação específica seriam prejudicados com ingresso no terceiro quadrimestre, pois os cursos  
311 de ingresso terão maior demanda de alocação. Renato Bilotta passou a palavra à representante discente no  
312 ConsUni, Bianca. Ela opinou que não deveria se pensar em cancelar o ingresso em 2021, pois prejudicaria  
313 muitas pessoas. A redução de vagas também seria uma grande perda e contribuiria para o sucateamento da  
314 educação. Sugeriu fortalecer os cursos de revisão. É preciso comprometimento da Universidade com acesso  
315 e inclusão sem diminuir oportunidades. Professor Allan considerou que trazer mais alunos à universidade  
316 poderia ocasionar que os discentes se sintam mais afastados e deslocados, o que não seria adequado.  
317 Complementou que o ingresso meramente para dar acesso ao Ensino Superior não garante inclusão.  
318 Professora Vanessa externou que em 2021 haveria grande demanda reprimida. Assumir oferta de  
319 componentes curriculares obrigatórios para todos iria acarretar falta de docentes ou diminuição da  
320 qualidade na educação. Opinou ser contrária à matrícula compulsória, considerando a oferta de disciplinas.  
321 Não é contrária a cancelar o ingresso, mas, se houver, deveria ficar claro aos ingressantes que o tempo de  
322 formação será maior. Professor Marcelo Pires observou que a matrícula compulsória foi adotada para não  
323 prejudicar os discentes em relação aos critérios de matrícula por rendimento. Concordou com a possibilidade  
324 de oferta reduzida, garantido em todo o caso a oferta aos discentes cotistas. Informou que nunca havia  
325 recebido tantas reclamações discentes sobre professores. Considerou que o ensino remoto geraria muita  
326 tensão nos discentes e desconfiança por parte dos professores, ambiente que prejudica o processo de  
327 aprendizagem. Professora Paula Tiba agradeceu as manifestações e salientou a importância das opiniões  
328 manifestadas. Comprometeu-se a levar as opiniões quando houvesse essa discussão nos Conselhos  
329 Superiores. Informou que muitos cursos com grande número de disciplinas práticas em outras IES estão  
330 cancelando o ingresso. Sem mais comentários ou sugestões, e devido ao avanço das aulas, passou o item  
331 restante do Expediente para a próxima sessão da CG. Comprometeu a trazer a discussão sobre a disciplina  
332 de Base Experimental das Ciências Naturais, considerando que sua oferta está suspensa. Por fim, agradeceu  
333 a todos pela presença e encerrou a sessão às dezessete horas e trinta e nove minutos, cuja pauta foi lavrada  
334 por mim, Marcelo Sartori Ferreira, Secretário Executivo, e aprovada pela Presidente, Paula Ayako Tiba, e  
335 demais presentes à sessão. -----

PAULA AYAKO TIBA  
Presidente

VÂNIA TROMBINI HERNANDES  
Vice-presidente

MARCELO SARTORI FERREIRA  
Secretário Executivo

7

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André – SP  
CEP 09210-580 · Fone: (11) 4996.7910/7983  
gabinete.prograd@ufabc.edu.br